VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 1637, DE 2023
Mensagem A-nº 074/2024 do Senhor Governador do Estado

São Paulo, 9 de setembro de 2024

Senhor Presidente

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, para os devidos fins, nos termos do artigo 28, § 1º, combinado com o artigo 47, inciso IV, da Constituição do Estado, as razões de veto parcial ao Projeto de lei nº 1.637, de 2023, aprovado por essa nobre Casa de Leis, conforme Autógrafo nº 33.895.

De iniciativa parlamentar, a propositura autoriza o Poder Executivo a criar programa habitacional para policiais civis, policiais militares, policiais técnico-científicos, policiais penais, agentes de segurança penitenciária e agentes de escolta e vigilância penitenciária do Estado de São Paulo, consistente na destinação de, no mínimo, 4% (quatro por cento) dos valores de programas de atendimento de imóveis populares do Estado.

Acolho a iniciativa em seus aspectos principais, por representar um avanço no programa habitacional já existente no Estado de São Paulo para os policiais civis, policiais militares, agentes de segurança penitenciária e agentes de escolta e vigilância penitenciária, que passará, doravante, a contemplar também os policiais técnico-científicos e os policiais penais. No entanto, vejo-me compelido a fazer recair veto sobre os §§ 1º, 3º, 4º e 5º do artigo 1º, e sobre os artigos 3º e 4º da propositura, pelas razões que passo a expor.

Os §§ 1º e 3º do artigo 1º do projeto padecem de vício de iniciativa legislativa, pois, por se tratar de norma de conteúdo orçamentário, a propositura da lei é privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme disposto nos artigos 84, inciso XXIII, e 165, inciso III, c.c. § 5º, inciso I, do mesmo artigo, todos da Constituição Federal; e nos artigos 47, inciso XVII, e

174, inciso III, c.c. § 4º, item 1 do mesmo artigo, todos da Constituição Estadual.

Por sua vez, os §§ 4º e 5º do artigo 1º da propositura também possuem a mácula da inconstitucionalidade, pois estabelecem as Secretarias que irão subsidiar o programa habitacional e sua operacionalização, bem como estabelecem a preferência da execução da política por meio de concessão de carta de crédito.

Com efeito, a decisão sobre adotar, e em que momento, medidas como as contidas nesses dispositivos insere-se no âmbito da competência privativa do Chefe do Poder Executivo para dispor sobre a criação, a organização e o funcionamento de órgãos da Administração Pública (artigo 84, incisos II e VI, da Constituição Federal; artigo 47, incisos II, XIV e XIX, “a”, da Constituição Estadual), cabendo exclusivamente ao Governador a iniciativa da propositura da lei, quando essa for necessária (artigo 61, II, alínea “e”, Constituição Federal).

Todavia, ao incursionar nessa matéria, a propositura suprime do Poder Executivo a margem de apreciação que lhe cabe na condução da Administração Pública, de modo a contrariar as prerrogativas que lhe são próprias e, portanto, a cláusula de reserva de administração, que decorre do princípio da separação de poderes (ADI 3343 e ADI 179).

Do mesmo modo, ao assinalar prazo para que o Poder Executivo exerça o poder regulamentar, o artigo 3º da proposta também incorre em vício de inconstitucionalidade, por dispor sobre tema reservado à competência privativa do Chefe do Poder Executivo (artigo 84, inciso IV, da Constituição Federal), cujo exercício não pode ser estreitado pelo Parlamento, sob pena de ofensa ao princípio da harmonia entre os poderes do Estado e violação do disposto no artigo 2º da Constituição da República e no artigo 5º da Constituição do Estado de São Paulo (STF, ADI nº 4.052).

Por fim, deixo de sancionar o artigo 4º do projeto, pois a revogação da Lei n.º 11.023, de 28 de dezembro de 2001, que atualmente rege o programa habitacional em execução, acabaria por causar um vácuo na política pública, uma vez que o projeto em exame não institui o novo programa, mas tão somente autoriza o Poder Executivo a criá-lo. De fato, a

instituição do programa e sua regulamentação demandam estudos técnicos que, apesar de prioritários, impediriam o acesso do público-alvo ao benefício enquanto o texto instituído não viesse a lume.

Fundamentado nestes termos o veto parcial que oponho ao Projeto de lei nº 1.637, de 2023, restituo o assunto ao oportuno reexame dessa ilustre Assembleia.

Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

Tarcísio de Freitas
GOVERNADOR DO ESTADO

A Sua Excelência o Senhor Deputado André do Prado, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado.